

A Notícia
23/5/98 8 cont.

Floresta de araucária é a maior vítima da exploração, provocada principalmente por assentamentos de sem-terra

Estado destrói 9,06% da mata atlântica em 5 anos

MATA ATLÂNTICA



Municípios de Abelardo Luz e Joinville são os campeões em devastação da vegetação natural

ORLANDO PEREIRA

São José dos Campos (SP) — O Estado de Santa Catarina perdeu 9,06% de cobertura florestal em cinco anos. De 1990 a 95, 70.065 hectares da vegetação, em grande parte em locais de domínio de araucária, foram devastados.

O corte é correspondente a quase 55 campos de futebol por dia. Os dados fazem parte do Atlas da Evolução dos Remanescentes e Ecossistemas Associados no Domínio da Mata Atlântica de 1990 a 1995, apresentado ontem em São José dos Campos (SP), pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), Fundação SOS Mata Atlântica e Instituto Sócio Ambiental (ISA). Além das florestas, houve uma grande alteração nas áreas de restinga, onde o índice de desmatamento foi de 10,46%, num decréscimo de 10.013 hectares.

Em 10 anos, Santa Catarina perdeu 9,21%, ou seja, 167.851 hectares de sua floresta nativa. Neste período, houve uma diminuição de 12,11% de vegetação de restinga, o correspondente a 11.802 hectares. A perda total de vegetação natural, incluindo as três classes consideradas (restinga, mangue e formações florestais), no período de 85 a 95 foi de 9,33%.

RANKING

Estes números representam apenas uma avaliação quantitativa da mata atlântica no Estado. É que as fotos do satélite identificam apenas os cortes rasos. Grande parte dos desmatamentos ocorreram em áreas de florestas ombrófila mista, mais conhecida como araucária, nas regiões do Planalto e Oeste catarinense.

O município campeão em desmatamento no Estado, entre 1990 e 95, foi Abelardo Luz, na região Oeste. Foram

destruídos 4,5 mil hectares. A causa apontada pelo Instituto Sócio Ambiental para a diminuição da cobertura foi a implantação dos assentamentos dos agricultores sem-terra. Em vários municípios, como o caso de Atalanta, no Alto Vale do Itajaí, onde existe um trabalho de conscientização ambiental, no mesmo período o índice de desmatamento foi zero.

Nas áreas de restinga, 85% do decréscimo ocorreu na região de Joinville. Este percentual corresponde a 8.522 hectares. Assim sendo, o total remanescente desta vegetação no Estado é de 85.640 hectares. A causa da diminuição foi atribuída à especulação imobiliária.

PAÍS

Em nove estados brasileiros, do Rio Grande do Sul ao Espírito Santo, a redução da área de mata atlântica entre 1990 e 95 foi de 500.317 hectares, menos 5,76% em relação ao período anterior.

O secretário-executivo do ISA, João Paulo Ribeiro Capobianco, revelou que estes números correspondem à degradação de um campo de futebol a cada quatro minutos. Nos últimos 10 anos, a área destruída foi de um milhão de hectares.

Capobianco disse que, embora tenha ocorrido uma estabilidade em relação a 85/90, se a destruição continuar neste ritmo, em 50 anos a mata atlântica estará completamente destruída.

O Rio de Janeiro foi o Estado que registrou a maior degradação. Foram 140.372 hectares, numa redução de 13,13% em relação ao período anterior. O município de Trajano de Moraes, na região Serrana fluminense, foi onde ocorreu o maior índice de desmatamento.

Saiba mais

Evolução histórica das formações florestais no Estado

ANO	ÁREA (HA)	% COBERTURA FLORESTAL NATURAL EM RELAÇÃO À ÁREA
1500	7.768.440	81,50
1912	7.498.690	78,67
1959	2.859.550	30
1985	1.831.950	19,14
1990	1.725.638	18,03
1995	1.666.241	17,41

Evolução dos remanescentes florestais e ecossistemas associados no domínio da mata atlântica em SC (90-95)

CLASSE DE MAPEAMENTO	1990 ¹		1995 ²		DESMATAMENTO ³	
	HA	%*	HA	%*	90-95	%**
Remanesc. florestais	1.729.160	18,57	1.666.241	18,46	62.919	3,64
Restinga	100.519	1,08	91.825	1,02	8.694	8,65
Mangue	6.776	0,07	6.621	0,07	155	2,29
TOTAL	1.836.445	19,72	1.764.787	19,55	71.768	14,58

*Em relação à área avaliada no Estado equivalente a 100%

**Em relação aos remanescentes de 1990

- 1: Área avaliada no Estado equivalente a 97,26% (2,74% com cobertura de nuvens)
- 2: Área avaliada no Estado equivalente a 94,28% (5,72% com cobertura de nuvens)
- 3: Área avaliada no Estado equivalente a 92,03% (7,97% com cobertura de nuvens)

FONTE: ATLAS DE EVOLUÇÃO DOS REMANESCENTES FLORESTAIS E ECOSISTEMAS ASSOCIADOS NO DOMÍNIO DA MATA ATLÂNTICA NO PERÍODO DE 1990-95 - SOS MATA ATLÂNTICA/INPE/ISA

AN • Infografia

Apremavi contesta assentamento

Assim que a Associação de Preservação do Meio Ambiente do Alto Vale do Itajaí (Apremavi), com sede em Rio do Sul, recebeu em outubro os dados preliminares contidos no Atlas da Evolução dos Remanescentes Florestais e Ecossistemas Associados ao Domínio da Mata Atlântica, que indicavam o município de Abelardo Luz como campeão de desmatamento, encaminhou parecer à procuradora da República em Santa Catarina, Analúcia Hartmann, contra a realização de reforma agrária na Fazenda Dissenha. O documento pede a suspensão da desapropriação da área, assim como em outros locais com coberturas remanescentes da mata primária e nos estágios médio e avançado de regeneração.

O coordenador de projetos da Apremavi, Vigold Bertoldo Schäffer, considera suicídio coletivo permitir a ocupação e desapropriação de áreas, como da Fazenda Dissenha. "Seria dar um golpe de misericórdia num dos ecossis-

temas mais ricos do mundo", observou. O coordenador disse que é preocupante, senão lamentável, ouvir líderes de opinião dos sem-terra pregando a ocupação de áreas florestais, sob o argumento de que são terras improdutivas. "Isso demonstra a falta de conhecimento da importância das florestas, com o discurso mostrando a conveniência e não a coerência", assinalou Schäffer.

ARGUMENTO

Ele destacou que o argumento de que os sem-terra vão realizar o manejo sustentável também significa desconhecimento. "Na prática, nunca houve manejo sustentável na mata atlântica, conforme assegurou o chefe da divisão do Ibama, Paulo César Mendes Ramos, durante o 4º Encontro Nacional da Rede de ONG's, realizado em 97 em Rio do Sul", complementou. (OP)

♦ O jornalista viajou a convite da Fundação SOS Mata Atlântica.

Desmatamento zero será o tema de nova campanha

Com a divulgação dos dados do Atlas da Evolução dos Remanescentes Florestais e Ecossistemas Associados do Domínio da Mata Atlântica, a Fundação SOS Mata Atlântica e a Rede de Organizações Não-governamentais (ONG's) da Mata Atlântica lançaram ontem uma campanha nacional denominada Desmatamento Zero, em razão da redução de 7,4% da cobertura original.

O superintendente da fundação, Mário Mantovani, destacou que para atingir este objetivo e começar a reverter o quadro, são necessários instrumentos legais, capazes de oferecer e orientar formas de utilização e preservação da mata, com o envolvimento e participação de toda a sociedade e dos governos federal e estadual.

LOBBY

Mantovani disse que um exemplo claro de falta de vontade política de enfrentar as causas do desmatamento é a não aprovação pela Câmara dos Deputados do projeto de lei 3.285, de autoria do deputado Fábio Feldmann (PSDB-SP), em tramitação há seis anos. "Este projeto estabelece mecanismos eficientes de controle e fiscalização e trás ao mesmo tempo, estímulo e orientação para a conservação e uso sustentável da mata atlântica", explicou. A sua expectativa, assim como da Rede de ONG's, é que o projeto seja votado ainda neste primeiro semestre. "O problema é o lobby que vem sendo feito pela bancada ruralista, alegando prejuízos à agricultura".

O atlas lançado ontem agora vai ser apresentado ao presidente Fernando Henrique Cardoso (PSDB) e aos presidentes da Câmara dos Deputados, Michel Temer (PMDB-SP) e do Senado, Antônio Carlos Magalhães (PFL-BA). A data da entrada será no dia 27 próximo, quando as entidades ambientalistas comemoram o Dia da Mata Atlântica. Na oportunidade será pedido que assim que o projeto for aprovado, seja sancionado para que possa entrar em vigor imediatamente. (OP)

SC e PR deixam de ser vilões e dão o exemplo

Os dois vilões do desmatamento na mata atlântica, no estudo anterior, desta vez deram bom exemplo. No Paraná e em Santa Catarina, diminuiu significativamente o ritmo de derrubadas, ainda que os números absolutos continuem altos. Dos 144 mil hectares devastados entre 85 e 90, o Paraná foi para 84.609 hectares, entre 90 e 95. O Estado perdeu, no período, 4,66% dos remanescentes anteriormente mapeados. Em Santa Catarina, a redução foi de 99 mil hectares detectados entre 85-90 para 62.919 hectares.

"Essa redução demonstra a importância da pressão da opinião pública e do próprio monitoramento", observa João Paulo Capobianco, do Instituto Sócio Ambiental. Segundo ele, os paranaenses e catarinenses foram impactados ao ser apontados como os vilões, no estudo anterior, e o impacto refletiu nas ações governamentais e até no Judiciário.

Em Santa Catarina, a Procuradoria da República concedeu uma liminar proibindo os órgãos de fiscalização de emitir qualquer licença de desmatamento antes da regulamentação da legislação federal. "A ação da procuradoria obrigou os madeireiros a mudar de estratégia e eles passaram do corte raso para o desmatamento seletivo, cortando com mais critério, apenas as espécies nobres", comenta Miriam Prochnow, da entidade ambientalista Apremavi. O desmatamento seletivo ainda tem problemas, porque empobrece a floresta, mas já é um passo adiante da derrubada indiscriminada.

FUMO

Resta ainda conter o uso de árvores nativas para abastecer as estufas de secagem de fumo, uma das maiores causas de desmatamento na região Sul, atualmente. Segundo cálculos da Apremavi, as 122 mil estufas de secagem de fumo do Sul consomem cerca de 8,5 milhões de metros cúbicos de lenha por ano e apenas 30% deste total é proveniente de reflorestamentos comerciais. O restante sai da mata atlântica.

No Paraná, a legislação restritiva — editada pelo governo Collor em 90 e o decreto 750, que proíbe o corte de mata atlântica primária desde 1993 — também imobilizou os madeireiros. O governo estadual trabalhou com os dados do estudo anterior, tomando medidas para recompor sua imagem.

Levantamento classifica os tipos de florestas

A exemplo do que aconteceu no levantamento dos desmatamentos da Amazônia, deste ano, a nova avaliação da mata atlântica também incluiu a classificação por tipo de floresta. O detalhamento é extremamente importante para a elaboração de planos de ação. Na mata atlântica, como na Amazônia, a enorme biodiversidade deve-se justamente à diversificação de fisionomias vegetais, conforme o tipo de solo, relevo, clima, latitude e longitude. Por isso é fundamental conhecer os detalhes da pressão humana e concentrar esforços na proteção de todos os tipos de floresta e não apenas daqueles que são inviáveis para exploração econômica.

As imagens de satélite ainda foram cruzadas, neste estudo, com os limites municipais, rede hidrográfica, mapa das unidades de conservação. "Excluímos, também, o que não é domínio de mata atlântica e avaliamos as regenerações em estágio avançado", explica João Paulo Capobianco, do Instituto Sócio Ambiental. Essa informação básica deve contribuir, ele espera, para análises mais precisas e para a elaboração de políticas mais efetivas.

O detalhamento revelou, por exemplo, que a floresta mais próxima da extinção é a ombrófila mista, enquanto que a mais protegida em parques e estações é a ombrófila densa, a floresta das encostas litorâneas. Foram classificados ainda os desmates na mata estacional semidecidual, estacional decidual e ombrófila aberta. A regeneração só foi computada em estágio avançado.

A Notícia
23/5/98 49 cont
27

Especulação sacrifica área de preservação

MATA ATLÂNTICA Abertura de loteamentos e invasões são maiores causadores da redução da cobertura de mata nativa

MARCO AURÉLIO BRAGA
Joinville — A maior cidade do Estado está longe de ser considerada um local onde são preservadas as áreas de floresta nativa. Cercada por vegetações primárias, mangues e mata atlântica vários, casos mostram o desrespeito com a natureza por parte da iniciativa privada e dos cidadãos. Outros tantos episódios foram denunciados, mas a devastação, principalmente para construção de loteamentos, ainda continua grande na região Norte do Estado.

A invasão de sem-teto não respeita as áreas de preservação. No bairro Jardim Edilene, um dos mais carentes do município, centenas de pessoas moram, sem controle, em meio ao manguê. A área foi invadida e seguidamente os moradores se deparam com as subidas da maré, tendo que sair de casa com água pela cintura.

Nos mangues (protegidos por Lei federal), que praticamente cercam a cidade, a situação é delicada. Os moradores da região ribeirinha não respeitam a natureza e jogam dejetos a céu aberto. A brutalidade impressiona. São pneus e móveis velhos, garrafas, resto de obras e muito lixo.

POLÊMICA

Um dos casos de maior repercussão em Joinville, no ano passado, foi o do loteamento ecológico Nova Orleans, localizado no bairro América. Em maio, várias denúncias indicavam que uma grande área de Mata Atlântica estava sendo devastada. Após a matéria publicada em A Notícia, o Ibama realizou uma vistoria e constatou que foram desmatados 1,6 hectares a mais do que o autorizado no projeto (4 hectares).

Com uma área de 235 mil metros quadrados, — equivalente a 23 campos de futebol —, o projeto gerou contradições. O terreno pertence a Osmar Nelson Schoeder e a imobiliária Nova Orleans tentava viabilizar o loteamento.

Primeiro, a coordenadora regional da Fundação do Meio Ambiente (Fatma), Sandra Regina Giesel, verificou que se tratava de um conjunto residencial ecológico, de acordo com a documentação encaminhada para o órgão. Depois Sandra Geisel constatou no processo que, em outro momento, os empreendedores deram entrada na Fatma para loteamento, o que é irregular. Sandra informou também que se no local fosse realizado loteamento a obra seria embargada.

Porém no processo da prefeitura, segundo o engenheiro Gerkes de Sellos Rocha Júnior, chefe da divisão de controle urbanístico da Secretaria da Infra-estrutura, sempre foi dado entrada como loteamento o que tornava ainda mais grave a construção na área. Na prefeitura também consta que os loteadores somente têm autorização para desmatar uma área onde será construído o prolongamento da rua Orleans, e não as vias laterais como já estavam sendo realizadas.

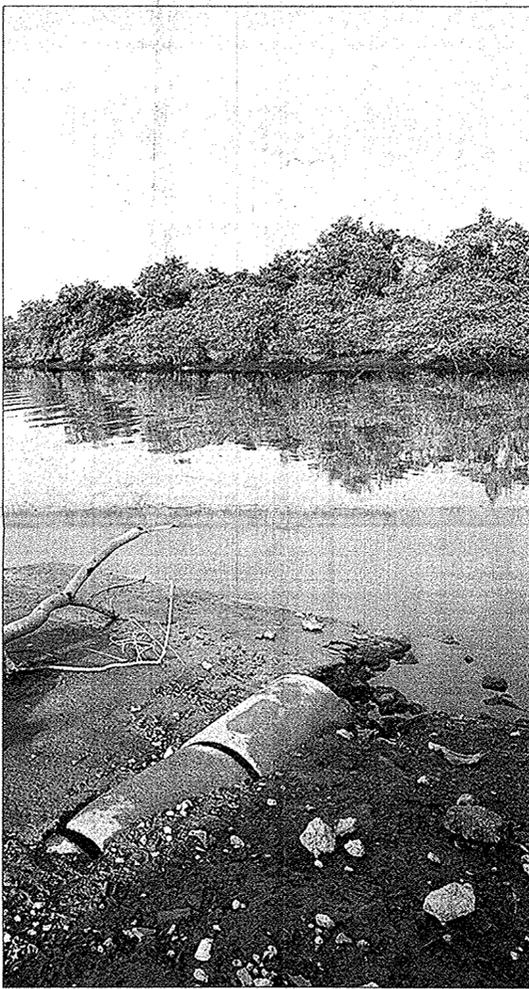
CONTRADIÇÃO

Em uma outra reunião, o engenheiro da prefeitura e a coordenadora da Fatma voltaram atrás e constataram que o loteamento está legal. Comunicaram que no processo consta o pedido para a supressão de vegetação no prolongamento da rua Orleans e paralelas, num total de 4,02 hectares, embora na autorização só esteja especificado a autorização para desmatar uma área onde será construído a continuação da rua Orleans a partir da Benjamin Constant até a Alvarenga Peixoto.

Acompanhando as reportagens do AN, o Ibama realizou uma vistoria no local e constatou que os construtores desmataram 1,6 hectares a mais do que o autorizado, totalizando 5,6 hectares. Houve multa aos responsáveis, conforme legislação federal, e a obra ficou embargada até que fosse recomposto de alguma forma a área já devastada.



Sobe e desce da maré mostra a destruição provocada pelo lixo acumulado nas áreas de restinga de Joinville



Poliuição provoca situação desoladora nos mangues

Construção de usina vai afetar reserva intocada

Joinville — A construção de uma usina hidrelétrica no rio Cubatão pode deixar submersa 270 hectares de floresta primária, uma das poucas ainda intocadas do Estado. Com esse argumento a Fundação SOS Mata Atlântica pretende combater a vinda do empreendimento para a região Norte. Ela ficaria localizada na serra Dona Francisca, causando estragos irreversíveis ao meio ambiente. Depois de vários debates e audiências públicas, integrantes da Fundação temem pela implantação do projeto por forças políticas.

Representante da Fundação S.O.S Mata Atlântica em Joinville, Paulo Lindner, é um dos maiores batalhadores pelo impedimento da construção da usina. Embora técnicos defendam que o fornecimento de energia elétrica terá um acréscimo de até 2%, para o ecologista as questões ambientais são mais importantes.

Lindner já dedicou várias horas de sua vida defendendo uma causa. Há dois anos combatendo a construção, seu grande sonho é transformar Joinville numa grande potência no turismo ecológico explorando, justamente, a área onde pretende-se construir a usina.

SALTO

Depois de várias discussões, o processo caminha a passos lentos. O processo está na Procuradoria da República, que repassou questionamentos para a Celesc (concessionária estatal de energia), Companhia Catarinense de Águas e Saneamento (Casan), Ibama e prefeitura de Joinville. Até hoje, somente a Casan respondeu os quesitos. Lindner informa que depois de todas as questões respondidas, haverá outra audiência pública.

Páginas de documentações fazem parte da defesa contra a construção. Segundo Lindner, a usina provocaria problemas irreversíveis ao meio ambiente. Dos 4,1 milhões de metros quadrados da área, ficaria submersa 2,7 milhões de metros quadrados de mata atlântica. O segundo maior salto do País, o Salto do Cubatão, com 368 metros, secaria da noite para o dia e provocaria uma redução, durante quase três anos, no abastecimento de água no município. "São vários problemas sérios que poderão prejudicar a maior cidade do Estado. Acho que até o clima da região será afetado. Isso é um crime", critica. As reivindicações da Fundação ainda não sensibilizaram as autoridades que defendem a construção da usina.(MA)



Coordenadora regional da Fatma, Sandra Regina Giesel

Ibama faz apreensão de palmito

Navegantes — O escritório regional de Itajaí do Instituto do Meio Ambiente (Ibama) apreendeu, quinta-feira de manhã, 201 quilos de palmito preparados para conserva e 200 cabeças de palmito (cerca de 100 quilos) in natura, nas dependências da empresa Conservas Montagna, instalada na Estrada Geral da Volta Grande.

A apreensão foi possível depois de denúncias feitas ao escritório de Itajaí. "Já estamos recebendo ligações há dias", garante o fiscal Márcio Telmo Burgonovo, que participou da ação de apreensão. A empresa foi multada com base na nova legisla-

ção de crimes ambientais, que prevê, além da multa, prisão de seis meses a um ano para os responsáveis pelo crime ecológico.

Esta foi a primeira apreensão de palmito feita este ano pelos fiscais do escritório de Itajaí. A Conservas Montagna está registrada na Junta Comercial para operar conservas de produtos, mas o registro não permite o tratamento de palmito, segundo Burgonovo.

O telefone para denunciar crimes ambientais em Itajaí é (047) 348-1204, funcionando em horário comercial. Ou o direto, em Brasília, gratuitamente pelo 0800 618080 (Cristiano Escobar Maia)

Mapeada bacia do rio Tubarão

Tubarão — Na tentativa de recadastrar e identificar a Bacia Hidrográfica do Rio Tubarão e Complexo Lagunar, a Universidade do Sul de Santa Catarina (Unisul) está desenvolvendo o Diagnóstico dos Recursos Hídricos e Organização dos Agentes da Bacia Hidrográfica do rio Tubarão e do Complexo Lagunar. O trabalho está sendo desenvolvido pelo Grupo de Pesquisa em Recursos Hídricos (Gruperh) e coordenado pelo professor Ismael Pedro Bortoluzzi, mestre em engenharia.

Para desenvolver os trabalhos, foi elaborada uma Base Cartográfica a partir das cartas do IBGE, além da visita a campo e por imagem de satélite. Os temas compostos a partir da base cartográfica foram: mapa de divisão política, dos municípios da bacia, hidrografia, rede viária, curvas de níveis e mapa hipsométrico. Esta base servirá para superposição dos diversos temas a serem gerados durante o projeto.

Segundo o professor Bortoluzzi, a conclusão do projeto prevê um balanço e a demanda da disponibilidade hídrica para subsidiar no futuro um sistema de outorga de direito de uso das águas da bacia. "Para isto, estamos elaborando um banco de dados concebido em Access,

através dos levantamentos realizados em campo, onde serão coletadas todas as informações relativas aos usuários de água superficiais e subterrâneas".

MOBILIZAÇÃO

O Gruperh conta com a mais moderna tecnologia para o desenvolvimento dos trabalhos, inclusive com realização de palestras regionais, nacionais e até internacionais. "As apresentações às comunidades são de extrema importância, pois o trabalho terá maior relevância se conseguirmos mobilizar e organizar as entidades, organizações: os agentes da bacia hidrográfica", afirma Bortoluzzi. Segundo ele, acha-se em teste um software para cálculo do índice de qualidade, além de parâmetros adicionais específicos para detectar dispersões devidas a ações de mineração, da agricultura e da pecuária.

O desenvolvimento deste diagnóstico tem o financiamento do governo federal, Ministério do Meio Ambiente, através da Secretaria de Recursos Hídricos (SRH) e governo de Santa Catarina, através da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente. (Sílvia Zerbato)

Extração ilegal devasta 8 hectares em Bituva Grande

Mafra — A fiscalização da flora, realizada pelo 9º Pelotão de Polícia de Proteção Ambiental, do Comando de Policiamento do Interior, identificou três áreas de desmatamento ilegal na localidade de Bituva Grande, entre os municípios de Mafra e Rio Negrinho. O Comando do Interior, com sede em Lages, atua nos planaltos Serrano e Norte.

A devastação atingiu oito hectares. Foram extraídos 200 metros cúbicos de madeira entre imbuia, araucária e canela que encontravam-se nos locais prontas para serem transportadas. A operação de fiscalização durou três dias. Ela resultou, também, na apreensão de dois caminhões carregados de madeira nativa sem licença e inúmeras motos serras.

A Madeireira Magno Pinus Ltda., com sede em de Itaiópolis, foi identificada como responsável por uma das áreas desmatadas. As demais ainda estão sendo feitas investigações para se chegar aos envolvidos. A empresa não foi localizada pela reportagem.

O boletim de ocorrência foi lavrado com base na nova lei de crimes ambientais (9.605 de 30 de março/98). O valor das multas pode chegar a R\$ 10 mil. Segundo o sargento Angelo Zampoli, que registrou a ocorrência, o valor seria maior se a infração administrativa já teria sido regulamentada.

Para o tenente Fabrício Berto da Silveira, que comandou a operação, o desmatamento aconteceu dentro de um processo seletivo, ou seja, com a queda dos troncos e o rodado das máquinas e caminhões, outras vegetações também são destruídas. "A retirada da camada vegetal provoca maior aquecimento do solo, as substâncias orgânicas se transformam com mais rapidez em inorgânicas, prejudicando a regeneração vegetal", explica. (Sônia Regina da Silva)

◆ Leia mais sobre Meio Ambiente na B-4